

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 19 a 26 de julho de 2022  
PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO CRIMINAL PROCESSO Nº.:  
0003748-23.2019.8.10.0001 – SÃO LUIS Apelante: Wellington Santos Sousa  
Defensor Público: Audisio Nogueira Cavalcante Júnior Apelado: Ministério  
Público Estadual Promotora: Jerusa Capistrano Pinto Bandeira Relator: Des.  
José Joaquim Figueiredo dos Anjos Revisor Substituto: Juiz de Direito  
Substituto de 2º grau Dr. Samuel Batista de Souza ACORDÃO Nº.

EMENTA. PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.  
INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FURTOS QUALIFICADOS COM EMPREGO DE  
EXPLOSIVOS. ROUBOS EM CONCURSO DE AGENTES COM EMPREGO DE ARMA E UTILIZAÇÃO  
DE REFÊNS. DOSIMETRIA. PLEITO DE UTILIZAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA NOS  
ROUBOS MAJORADOS COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO, CONCURSO DE AGENTES E  
RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. INVIABILIDADE. PLEITO DE MAIOR FRAÇÃO REDUTORA NOS  
FURTOS TENTADOS COM EMPREGO DE EXPLOSIVOS. INVIABILIDADE. 1. Nos termos da  
jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para a caracterização da  
continuidade delitiva, pressupõe a existência de ações praticadas em  
idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução (requisitos  
objetivos), além de um liame a indicar a unidade de desígnios (requisito  
subjetivo). O pleito é inviável, pois os roubos em Magalhães de Almeida/  
MA, foram praticados contra vítimas diferentes, onde o réu demonstrou  
desígnios autônomos, com circunstâncias, maneira de execução e tempo  
totalmente diversos, onde, logicamente, não se aplica a continuidade  
delitiva ( CP; artigo 71). 2. De outro lado, a sentença acerta ao motivar  
ser caso de concurso formal impróprio ( CP; artigo 70), pois os crimes  
foram provenientes de desígnios autônomos e ainda dentro do contexto de  
uma organização criminosa, fator que faz afastar a continuidade delitiva.  
Precedentes STJ. 3. Fração maior pela tentativa nos furtos duplamente  
qualificados com emprego de explosivos. A despeito da alegação da defesa,  
o juízo fundamentou de forma concreta a utilização do QUANTUM em 1/3 (um  
terço) para a tentativa, pois o INTER CRIMINIS quase chega à execução na  
medida em que, efetivamente, houve detonação de explosão, porém, os réus  
só não conseguiram levar o dinheiro, pois os explosivos foram  
insuficientes para quebrar totalmente os terminais, onde as dependências  
das agências, da mesma forma, foram danificadas. 4. Apelo conhecido e  
desprovido. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara  
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de  
votos e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça,  
conhecer da presente Apelação Criminal e, no mérito, negar-lhe provimento,  
nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os  
Senhores Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Samuel Batista  
de Souza, Antônio Fernando Bayma Araújo. Presidência do Excelentíssimo  
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela  
Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Maria de Fátima Rodrigues Travassos  
Cordeiro. São Luis, 19 de julho de 2022 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos  
Anjos Relator (ApCrim 0003748-23.2019.8.10.0001, Rel. Desembargador (a)  
JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 05/08/2022)